



EDITAL CGC/ESMAL Nº 190/2024

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS

A Diretora-Geral da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas - ESMAL, Desembargadora **ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO**, o Coordenador-Geral, Juiz de Direito **ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA** e o Coordenador de Cursos para Magistrados, Juiz de direito **ANDRÉ LUÍS PARÍZIO MAIA PAIVA**, no uso das atribuições funcionais que lhes são conferidas pela legislação, e, em atendimento ao disposto no art. 93, II, "c", e IV, ambos da Constituição Federal e a Resolução nº 2/2016 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, TORNAM PÚBLICA a abertura das inscrições para o Curso com o tema: "**JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR**", para conhecimento dos Magistrados, mediante as regras constantes deste Edital, em fase de credenciamento junto à ENFAM.

1. DAS INFORMAÇÕES SOBRE O EVENTO:

Evento: Curso para Magistrados com o tema: "**JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR**"

Coordenador do Curso: Dr. André Luis Parízio Maia Paiva;

Coordenadora Pedagógica: Camila Barros dos Santos;

Modalidade: Semipresencial;

Carga Horária: 20h/a;

Número de Vagas: 50 vagas;

Público-alvo: Magistrados;

Natureza do Curso: Formação continuada para fins de promoção e vitaliciamento;

Dias e Horários:

01/08/2024 - EaD (quinta-feira): Aula síncrona pelo Zoom das 9h às 13h

02/08 – Presencial (sexta-feira): das 08h às 12h e das 14h às 18h.

07/08 até 16/08 - EaD: AVA www.ilmmdigital.com.br

2. LOCAL DE REALIZAÇÃO:

Parte presencial: Auditório do Hotel Ritz Lagoa da Anta.

Parte remota: Zoom e AVA <https://www.ilmmdigital.com.br>

3. INSCRIÇÕES:

As inscrições serão realizadas exclusivamente via internet no site <http://eventos.esmal.tjal.jus.br/login>, **a partir do dia 16 de julho de 2024, até às 23h59min., do dia 30 de julho de 2024.**

4. DETALHAMENTO DO CURSO:

Dia 01/08 (quinta-feira) das 9h-13h				
Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	CARGA HORÁRIA	Metodologia	Avaliação



<p>Verificar, com base em casos concretos, os dilemas produzidos pela judicialização dos contratos envolvendo a saúde suplementar no Brasil, bem como analisar, a partir da compreensão dos usuários dos planos de saúde, o referencial normativo em vigor no Brasil para disciplinar os conflitos gerados a partir das práticas das operadoras de saúde em nosso país</p>	<p>Espaço para apresentação dos(as) alunos(as) e dos professores com as informações iniciais do curso e sobre os temas a serem explorados.</p> <p>Ambientação e aula expositiva dialogada (<i>síncrona pelo Zoom</i>)</p> <p>Explicação para o uso do AVA https://www.ilmmdigital.com.br para as atividades EaD.</p>	<p>4h/a</p>	<p>Apresentação pessoal dos cursistas com breves considerações de cada um sobre os desafios enfrentados pelo setor de saúde suplementar e a dificuldade de encontrar soluções que garantam sua eficácia e sustentabilidade, tendo em vista que o cenário atual demonstra aumento significativo das demandas envolvendo usuários e operadoras de saúde no país. (2h30)</p> <p>Explicação e demonstração de cadastro e utilização do AVA do ILMM. (1h30)</p>	<p>(Diagnóstica + Formativa)</p> <p>Verificar a participação (e o interesse) dos alunos durante a exposição dialogada, utilizando como critérios: (a) argumentos e/ou dúvidas apresentadas e (b) adequação das intervenções à problemática em discussão</p> <p>Concluir aula com feedback oral e síntese dos resultados da sistematização.</p>
--	--	-------------	--	---

**Dia 02/08 (SEXTA-feira)
das 8h-10h**

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	CARGA HORÁRIA	Metodologia	Avaliação
-----------------------	-----------------------	---------------	-------------	-----------



Aplicar os conceitos introduzidos pela Lei 14.454/2022	<p>Rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS e a Lei 14.454/2022: Próteses, órteses e materiais especiais na saúde suplementar. Rol de procedimentos da ANS na perspectiva das operadoras. Tecnologias e Novos Tratamentos em Saúde na perspectiva das operadoras.</p>	2h/a	<p><u>Problemática proposta:</u></p> <p>Situações envolvendo demandas de usuários do sistema de saúde suplementar que buscam cobertura para tratamentos que não constam do Rol da ANS (com utilização de depoimentos de representantes do setor)</p> <p>Aula expositiva dialogada com mediação para uma formação de mesa de debates. (1h/a)</p> <p>Brainstorming para contextualizar com a turma o impacto da judicialização da saúde no quotidiano forense e os desafios que os magistrados enfrentarão nos próximos anos com o aumento da longevidade da população e a inclusão de novas possibilidades de tratamento, na perspectiva das operadoras de planos de saúde. (1h/a)</p>	<p>Verificar a participação (e o interesse) dos alunos durante a exposição dialogada, utilizando como critérios: (a) argumentos e/ ou dúvidas apresentadas e (b) adequação das intervenções à problemática em discussão</p> <p>Concluir aula com feedback e síntese dos resultados utilizando um fórum de discussão.</p>
Dia 02/08 (SEXTA-feira) das 10h-12h				
Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	CARGA HORÁRIA	Metodologia	Avaliação

Investigar os principais entraves à tramitação das demandas envolvendo saúde suplementar e medidas de gestão que possam mitigar a atual situação	As diferentes perspectivas da judicialização na saúde suplementar: Quais os desafios para os magistrados nas demandas envolvendo saúde suplementar no estado de Alagoas? Poder Judiciário e a medicina baseada em evidências.	2h/a	<p><u>Problemática proposta:</u></p> <p>Como o Judiciário Alagoano lida com demandas envolvendo saúde suplementar e quais iniciativas podem ser adotadas para reduzir o tempo de tramitação das ações? Seria a medicina baseada em evidências um método adequado para enfrentamento da situação?</p> <p>Aula expositiva dialogada com mediação para uma formação de mesa de debates. (1h/a)</p>	<p>Verificar a participação (e o interesse) dos alunos durante a exposição dialogada, utilizando como critérios: (a) argumentos e/ ou dúvidas apresentadas e (b) adequação das intervenções à problemática em discussão</p> <p>Concluir aula com feedback e síntese dos resultados utilizando um fórum de discussão.</p>
---	---	------	--	--

**Dia 02/08 (SEXTA-feira)
das 14h-16h**

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	CARGA HORÁRIA	Metodologia	Avaliação
Identificar as diferentes perspectivas quanto a taxatividade do Rol de procedimentos da ANS na perspectiva da sustentabilidade do sistema x direito dos usuários	A sustentabilidade do sistema de saúde suplementar no Brasil: Rol de procedimentos da ANS e a taxatividade das coberturas após a Lei 14.454/22. Saúde Suplementar e Sustentabilidade. Dever de fundamentação, validade das sentenças e análise das consequências econômicas na judicialização da saúde suplementar.	2h/a	<p><u>Problemática proposta:</u></p> <p>Que critérios e fundamentos devem ser considerados pelo magistrado quando da análise da concessão de tutela de urgência para assegurar tratamento de saúde?</p> <p>Aula expositiva dialogada com mediação para uma formação de mesa de debates. (1h/a)</p>	<p>Verificar a participação (e o interesse) dos alunos durante a exposição dialogada, utilizando como critérios: (a) argumentos e/ ou dúvidas apresentadas e (b) adequação das intervenções à problemática em discussão</p> <p>Concluir aula com feedback e síntese dos resultados utilizando um fórum de discussão.</p>

**Dia 02/08 (SEXTA-feira)
das 16h-18h**

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	CARGA HORÁRIA	Metodologia	Avaliação
-----------------------	-----------------------	---------------	-------------	-----------



Aplicar os conceitos da medicina baseada em evidências, preconizada pelo Fórum de Saúde do CNJ, no que se refere ao atendimento do portador do transtorno do espectro autista	Cobertura Assistencial das Terapias e Métodos para o Atendimento do Portador do Transtorno do Espectro Autista: Diagnóstico, características e tratamentos para o transtorno do Espectro Autista. Qual o papel da ANS na regulação das coberturas relacionadas ao TEA? Os limites legais e contratuais da cobertura assistencial das terapias e métodos para o atendimento do portador de TEA na visão do STJ.	2h/a	<u>Problemática proposta:</u> Quais os limites para o tratamento do Transtorno do Espectro Autista, quando considerada a cobertura assistencial oferecida pelas operadoras de saúde? Aula expositiva dialogada com mediação para uma formação de mesa de debates. (1h/a)	Verificar a participação (e o interesse) dos alunos durante a exposição dialogada, utilizando como critérios: (a) argumentos e/ ou dúvidas apresentadas e (b) adequação das intervenções à problemática em discussão Concluir aula com feedback e síntese dos resultados utilizando um fórum de discussão.
--	--	-------------	---	---

Período EaD no AVA <https://www.ilmmdigital.com.br>
07.08.2024 ao dia 16.08.2024

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	CARGA HORÁRIA	Metodologia	Avaliação
Investigar as diferentes perspectivas dos diversos modelos de planos relacionados à saúde suplementar tanto em planos sujeitos ao CDC quanto em relação às modalidades de autogestão.	PLANOS DE SAÚDE E SUAS MODALIDADES (LEI 9656/98)	1h/a	Aula expositiva e estudo de casos <u>Problemática proposta:</u> Seria possível conceder a mesma proteção judicial a usuários de diferentes modalidades de planos de saúde? Os cursistas participarão das atividades propostas no AVA e o fórum servirá como parte da avaliação do curso. As atividades propostas incluirão indicação de textos para leitura, disponibilização de conteúdo gravado com temas afins e a possibilidade de discussão de casos concretos no fórum de debates da turma.	(Formativa) Critério avaliação do caso proposto: aplicação na solução do caso de elementos da doutrina e jurisprudência discutidas ao longo do curso.



<p>Aprofundar a análise e avaliação dos critérios normalmente empregados para as decisões judiciais envolvendo a saúde suplementar</p>	<p>MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS E A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL: ANÁLISE DE CASOS E PERSPECTIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Judicialização da saúde no Brasil • Critérios da decisão judicial • Judicialização da Saúde e o CNJ • Futuro da Saúde e o Judiciário 	<p>2h/a</p>	<p>Aula expositiva e estudo de casos</p> <p><u>Problematização proposta:</u></p> <p>Quais os critérios que devem orientar uma decisão que versa sobre conflitos na saúde suplementar?</p> <p>Sem que ocorra alteração nos atuais paradigmas das decisões judiciais, qual o futuro das demandas envolvendo saúde suplementar em nosso país?</p> <p>Os cursistas participarão das atividades propostas no AVA e o fórum servirá como parte da avaliação do curso.</p> <p>As atividades propostas incluirão indicação de textos para leitura, disponibilização de conteúdo gravado com temas afins e a possibilidade de discussão de casos concretos no fórum de debates da turma.</p>	<p>(Formativa) Critério avaliação do caso proposto: aplicação na solução do caso de elementos da doutrina e jurisprudência discutidas ao longo do curso.</p>
--	--	-------------	---	---

<p>Investigar e identificar conhecimentos de outras áreas do saber que possam contribuir para a fundamentação das decisões judiciais relativas aos conflitos na saúde suplementar</p>	<p>TÓPICOS ESPECIAIS SOBRE SAÚDE SUPLEMENTAR E SEUS IMPACTOS NA JUDICIALIZAÇÃO DO SETOR: PERSPECTIVAS ECONÔMICAS, ATUARIAIS E JURÍDICAS</p>	<p>5h/a</p>	<p>Aula expositiva e estudo de casos <u>Problemática proposta:</u> Como as ciências econômicas e atuariais podem fornecer elementos e critérios que auxiliem a formação do convencimento do juiz e a melhoria da fundamentação das decisões judiciais? Os cursistas participarão das atividades propostas no AVA e o fórum servirá como parte da avaliação do curso. As atividades propostas incluirão indicação de textos para leitura, disponibilização de conteúdo gravado com temas afins e a possibilidade de discussão de casos concretos no fórum de debates da turma.</p>	<p>(Formativa) Critério avaliação do caso proposto: aplicação na solução do caso de elementos da doutrina e jurisprudência discutidas ao longo do curso. Aplicação de questionário para os alunos avaliarem o Curso e o formador</p>
---	--	--------------------	--	--

05. DOCENTES DO CURSO:

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR

Advogado. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Centro Universitário Cesmac. Editor da Revista Fórum de Direito Civil (RFDC). Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL) Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC) e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCont. Coordenador da Especialização em Direito Médico e Saúde Suplementar do Instituto Luiz Mário Moutinho. **O professor tem o curso de Formação de Formadores.**

CLENIO JAIR SCHULZE.

Doutor e Mestre em Ciência Jurídica (Univali). Pós-graduado em Justiça Constitucional pela Universidade de Pisa (Itália). Membro do Comitê de Saúde do Fórum da Saúde do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Coordenador da Especialização em Direito Médico e Saúde Suplementar do Instituto Luiz Mário Moutinho.

GABRIEL SCHULMAN

Advogado e Consultor. Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito da Medicina pela Universidade de Coimbra. Professor da Graduação em Direito e do Mestrado em Direito da Universidade Positivo, onde também é o Coordenador Geral da Pós-Graduação (PPGD-UP). Professor em diversos cursos de Pós-Graduação. Integra o Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC), Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCONT) e a AIDA (Associação Internacional de Direito de Seguro). O professor tem o curso de Formação de Formadores.

06. METODOLOGIA DO CURSO:

A proposta metodológica da ESMAL está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. O curso será composto de aulas dialogadas, interativa e integrativas, com uso de metodologias ativas, considerando os cursistas como protagonistas do processo de ensino e de aprendizagem, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, conforme está descrito em cada turno das aulas, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir. Os cursistas serão avaliados durante todo o curso, bem como por meio de avaliação assíncrona destinada a avaliar as experiências e conhecimentos adquirido na área de direito à saúde suplementar.



Avaliação dos Cursistas: A avaliação será um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A análise da capacidade de aplicar o conhecimento para solucionar questões que surjam no exercício profissional será realizada pelos docentes a cada aula, o que possibilitará ao participante receber orientações para corrigir e aperfeiçoar o seu processo de aprendizagem. Assim a avaliação será realizada ao longo de todo o curso para que os participantes tenham oportunidade de receber os necessários feedbacks do docente. Ademais, o sistema de avaliação deverá procurar reproduzir ao máximo as situações que exigirão aplicação dos conhecimentos adquiridos.

- Será exigida frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).
- Serão atribuídos à avaliação conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente, equivalente à pontuação exigida.
- **Sistema de avaliação do curso pelos cursistas:** Os cursistas serão convidados a preencher a folha de avaliação do curso, que registra a impressão destes, sobre aspectos da qualidade do curso conforme escala de valor para cada quesito: **1 – (TS) Totalmente Satisfeito; 2 – (S) Satisfeito; 3 – (I) Insatisfeito; 4 – (TI) Totalmente insatisfeito.**
- **Certificação aos cursistas:** Os cursistas receberão certificado de conclusão do curso quando obtiverem a média mínima exigida 6,0 (seis) e 75% de frequência.
- **Sistema de Avaliação do Curso:** A avaliação do cursista observará a participação nas aulas síncronas (mínimo de 75% de frequência), bem como a realização das atividades assíncronas proposta pelo docente responsável, podendo ser: Interação nos fóruns de debates e realização de atividades, como Estudo de casos/ Registro reflexivo;
- **Sistema de avaliação do curso pelo docente:** O docente é convidado a preencher uma avaliação que compreende três requisitos: quanto aos cursistas; quanto à estrutura da ESMAL; e, quanto à coordenação do curso.

07. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; (Coord.). **Direito Civil Futuros Possíveis**. Belo Horizonte: Fórum, 2022.
- EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos; MALHEIROS, Pablo (Coord.). **Direito Civil e tecnologia**. Belo Horizonte: Fórum, 2020.
- EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; LOBO, Fabíola; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (Coord.). **Boa-fé e sua aplicação no direito brasileiro**, 2^a ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.
- FARIAS, José Fernando de Castro. **Origem da solidariedade**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- FUX, Luiz. **Tutela antecipada e plano privado de saúde**. In: TEIXEIRA, Salvio de Figueiredo. **Direito & medicina: aspectos jurídicos da medicina**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- IGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Curso de Direito de saúde suplementar: manual jurídico de planos e seguros de saúde**. São Paulo: MP, 2006.
- MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rego; ROSENVALD, Nelson. DENSA, Roberta. **Coronavírus e Responsabilidade Civil: impactos contratuais e extracontratuais**. Indaiatuba: Foco, 2020.
- MORAES, Maria Celina Bodin de. (coord.) **Princípios do Direito Civil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- PINHO, Cláudia A. **A Agência Nacional de Saúde Suplementar: 10 anos depois do marco regulatório – avanços e desacertos**. In: OLIVEIRA, Amanda Flávio de (Coord.). **Direito econômico: evolução e institutos**. Obra em homenagem ao Professor João Bosco Leopoldino da Fonseca. Rio de Janeiro: Forense, p. 335-347, 2009.
- SAMPAIO, Aurisvaldo Melo. **O regime jurídico dos contratos de plano de saúde e a proteção do sujeito mais fraco das relações de consumo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- SCHULMAN, Gabriel. **Planos de saúde: saúde e contrato na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

08. CONHECIMENTO/HABILIDADE A SER ADQUIRIDO AO FINAL DO CURSO

Compreender as especificidades dos atos notariais e registrais a fim de adequar as decisões e mandados judiciais às informações e requisitos necessários ao seu adequado e efetivo cumprimento pelas serventias extrajudiciais, além de utilizar de forma otimizada todos os instrumentos atualmente existentes que permitem a cooperação entre serventias e órgãos judiciais.

09. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 9.1.** Será admitida a desistência até 48 horas antes da data do início do curso, informando à coordenação responsável pelo curso, através do intrajus;
- 9.2.** O cursista que deixar de comparecer ao curso para o qual se encontrava inscrito, ou não obtiver frequência mínima de 75%, não obterá aprovação, além de se sujeitar as previsões contidas em Atos Normativos expedidos pela Diretora-Geral;
- 9.3.** Haverá durante toda aula, um desenvolvedor da Diati, como moderador da turma para dar suporte ao docente em relação ao material, reprodução de vídeos, como também registrar as frequências, da entrada e saída;
- 9.4.** Por questões de ordem técnica, poderá haver substituição de professor, conteúdo, data e horário do curso;
- 9.5.** Encerrado o curso, a Esmal divulgará no Diário da Justiça Eletrônico, a relação dos magistrados que obtiveram frequência no curso;
- 9.6.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Técnico Pedagógico –CTP, de acordo com as normas pertinentes.



9.7. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Maceió/AL, 15 de julho de 2024

Juiz ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA
Coordenador-Geral da ESMAL

PENALIZADOS DO CURSO: “O CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA”.

A Coordenação de Cursos para Servidores da ESMAL **TORNA PÚBLICA** a relação dos participantes **PENALIZADOS**, pelo período de três meses, a contar desta publicação, conforme preconiza a portaria 02/2018, que não obtiveram frequência, como também não atenderam as exigências dos itens **5.1, 5.2, 5.3 e 5.4** do Edital N° 180/2024, publicado no Diário da Justiça Eletrônico, em 03 de julho de 2024, no curso com tema **“O CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA”**. Realizado nos dias 09, 11 e 12/07/2024, no Miniauditório II da Escola Superior de Magistratura de Alagoas – AL.

ANNE CAROLINE VAZ DE ALMEIDA NEPOMUCENO
Flaviana Pereira Azevedo
Geraldo Palmeira de Lima
Lírian Raffaella Marques Tenório Torres
Margarida Maria Calado de Farias Cabral
Sérgio Henrique dos Santos Alves
Silvia Ribeiro Lima
THAISE CARLA DE MELO FERREIRA BIONE
Thiago André Beltrão de Azevedo Cavalcanti Santana
Wyslâne Dayná Batista dos Santos

Maceió, 15 de julho de 2024.

Renan Gustavo Ferro Gonzaga
Técnico Judiciário
Coordenação de Cursos para Servidores

FREQUÊNCIA DO CURSO: “O CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA”.

A Coordenação de Cursos para Servidores da ESMAL **TORNA PÚBLICA** a relação dos participantes que obtiveram frequência e que atenderam as exigências dos itens **5.1, 5.2 e 5.3** do Edital N° 180/2024, publicado no Diário da Justiça Eletrônico, em 3 de julho de 2024, no curso com tema: **“O CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA”**. Realizado no dia 09, 11 e 12/07/2024, no Miniauditório II da Escola Superior de Magistratura de Alagoas – ESMAL.

ADRIANA PAULA DASILVA CABRAL
ALICE BEATRIZMONTENEGROBATISTA
ANNYE ELIZABETHMENDES BARBOZA
CAROLINA MASCARENHASCAVALCANTE ROCHA
DANIEL DORNELASPEIXOTO
DENISE DOS ANOS RODRIGUES
DIEGO FELIX DEARAUJO
DIRLENE MARIA SILVAMAGALHAES
EMMANUELA MARIACALADO DEFARIAS SILVA
EVLSON DASILVAPRADO
FÁBIO HENRIQUE FLORENTINO FERREIRA DUARTE
FERNANDOCAMPOS KANIGOSKI
FLAVIO NOBRESOARES
GERALDO LUCASCOSTA CARDOSO
GILVAN CRUZ DASILVA
GUSTAVO JOVINIANO FERNANDES
HILDA MARIA COUTO MONTE
JACKLINE SANTANAVIANA OITICICA LIMA
JEFFERSON SIMÕES MARCELINO
JOÃO LUCAS MARQUES CABRAL